

# O PAPEL DOS MÉDICOS PERITOS NA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PARA PESSOAS COM PERDA DA VISÃO MONOCULAR: UMA ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

THE ROLE OF MEDICAL EXPERTS IN THE GRANTING OF SOCIAL SECURITY BENEFITS FOR  
PEOPLE WITH MONOCULAR VISION LOSS: AN ANALYSIS OF EVALUATION CRITERIA

Artigo submetido em 12 de junho de 2024

Artigo aprovado em 21 de junho de 2024

Artigo publicado em 30 de junho de 2024

## **Cognitio Juris**

Volume 14 - Número 55 - Junho de 2024

ISSN 2236-3009

## **Autor(es):**

Tâmura Cândido da Silva[1]

Edy César dos Passos Júnior[2]

RESUMO: Este estudo mostra o papel dos médicos peritos na concessão de benefícios

previdenciários para indivíduos com perda da visão monocular, focando nos critérios de avaliação utilizados e seus impactos na vida dos beneficiários. O objetivo geral é analisar esses critérios e o papel dos peritos no processo de concessão de benefícios. Os objetivos específicos incluem identificar os critérios principais usados pelos peritos médicos, examinar a legislação vigente sobre a concessão de benefícios para pessoas com visão monocular, avaliar o impacto dessas avaliações na qualidade de vida dos beneficiários e propor melhorias nos processos de avaliação pericial. A pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica abrangente, utilizando bases de dados como PubMed, Scielo e Google Scholar. A visão monocular é uma condição que pode impactar significativamente a capacidade laboral e a qualidade de vida, e a legislação brasileira a classifica como deficiência sensorial, garantindo acesso a benefícios previdenciários. A avaliação dessa condição pelo INSS enfrenta desafios em termos de critérios e uniformidade nas decisões. A literatura indica que critérios de avaliação claros e uniformes são essenciais para evitar desigualdades na concessão de benefícios. O uso de tecnologias como a telemedicina pode melhorar a eficiência das avaliações, embora traga desafios relacionados à segurança dos dados dos pacientes. Espera-se que este estudo contribua para uma melhor compreensão dos processos de avaliação pericial e proponha recomendações para aprimorar a justiça e eficiência na concessão de benefícios previdenciários.

Palavras-chave: Visão Monocular, Benefícios Previdenciários, Perícia Médica, INSS, Avaliação Pericial.

**ABSTRACT:** This study shows the role of medical experts in granting social security benefits to individuals with monocular vision loss, focusing on the evaluation criteria used and their impacts on the beneficiaries' lives. The general objective is to analyze these criteria and the role of experts in the process of granting benefits. The specific objectives include identifying the main criteria used by medical experts, examining current legislation on granting benefits to people with monocular vision, evaluating the impact of these assessments on beneficiaries' quality of life and proposing improvements to the expert assessment

processes. The research is based on a comprehensive literature review, using databases such as PubMed, Scielo and Google Scholar. Monocular vision is a condition that can significantly impact work capacity and quality of life, and Brazilian legislation classifies it as a sensory disability, guaranteeing access to social security benefits. The assessment of this condition by the INSS faces challenges in terms of criteria and uniformity in decisions. The literature indicates that clear and uniform evaluation criteria are essential to avoid inequalities in the granting of benefits. The use of technologies such as telemedicine can improve the efficiency of assessments, although it brings challenges related to the security of patient data. It is expected that this study will contribute to a better understanding of the expert evaluation processes and propose recommendations to improve justice and efficiency in the granting of social security benefits.

Keywords: Monocular Vision, Social Security Benefits, Medical Expertise, INSS, Expert Assessment.

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como tema “O Papel dos Médicos Peritos na Concessão de Benefícios Previdenciários para Pessoas com Perda da Visão Monocular: Uma Análise dos Critérios de Avaliação”. Este estudo tem como objetivo geral investigar e analisar o papel dos médicos peritos na concessão de benefícios previdenciários para indivíduos com visão monocular, destacando os critérios utilizados nas avaliações e os impactos dessas avaliações na vida dos beneficiários. Os objetivos específicos incluem identificar os principais critérios utilizados pelos peritos médicos na avaliação de incapacidade para concessão de benefícios previdenciários, examinar a legislação vigente relacionada à concessão de benefícios para pessoas com visão monocular, avaliar o impacto dessas avaliações na qualidade de vida dos beneficiários e propor melhorias nos processos de avaliação pericial. A pergunta norteadora deste estudo é: “Quais são os critérios utilizados pelos médicos peritos na concessão de benefícios previdenciários para pessoas com visão monocular e como essas avaliações

impactam a vida dos beneficiários?”.

Para responder a essa pergunta, este trabalho se baseará em uma pesquisa bibliográfica abrangente, utilizando bases de dados como PubMed, Scielo, Google Scholar e outras fontes relevantes de literatura acadêmica e jurídica. A visão monocular é uma condição que pode afetar significativamente a capacidade laboral e a qualidade de vida dos indivíduos. Segundo a Lei nº 14.126/2021, a visão monocular é classificada como deficiência sensorial, garantindo assim o acesso a direitos e benefícios previdenciários. Entretanto, a avaliação dessa condição pelos peritos médicos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) muitas vezes enfrenta desafios, tanto em termos de critérios utilizados quanto na uniformidade das decisões.

A literatura revela que os critérios de avaliação pericial são cruciais para a concessão de benefícios previdenciários. Estudos indicam que a falta de uniformidade e clareza nos critérios pode levar a desigualdades na concessão dos benefícios, prejudicando os segurados. A importância de um critério bem definido é destacada por diversos autores, que apontam a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, que considere não apenas o aspecto médico, mas também social e ocupacional. O uso de tecnologias como a telemedicina na realização de perícias médicas tem sido uma tendência crescente, com potencial para melhorar a eficiência e a precisão das avaliações. No entanto, a implementação dessas tecnologias também traz desafios, como a necessidade de garantir a segurança e a privacidade dos dados dos pacientes.

Por meio desta pesquisa, espera-se contribuir para uma melhor compreensão dos processos de avaliação pericial no contexto da visão monocular, propondo recomendações para aprimorar a justiça e a eficiência na concessão de benefícios previdenciários. A metodologia utilizada inclui a revisão de literatura acadêmica, análise de legislação vigente e estudos de caso disponíveis nas bases de dados mencionadas, visando uma análise crítica e abrangente sobre o tema.

## **Introdução à Visão Monocular e Suas Implicações**

A visão monocular, caracterizada pela perda da visão em um dos olhos, pode trazer inúmeras implicações para a vida cotidiana e a capacidade laboral dos indivíduos. Segundo a Lei nº 14.126/2021, a visão monocular é classificada como deficiência sensorial, o que garante aos seus portadores o direito a diversos benefícios previdenciários (Brasil, 2021). Esta condição afeta a percepção de profundidade, o campo visual e a capacidade de realizar tarefas que exigem visão binocular, impactando diretamente a qualidade de vida e a inserção no mercado de trabalho (Dias, 2021). Estudos indicam que a percepção de profundidade é uma das maiores limitações enfrentadas por pessoas com visão monocular, comprometendo atividades cotidianas como dirigir, praticar esportes e executar tarefas que exigem precisão visual (Figueiredo, 2019). A perda de visão em um olho pode aumentar a fadiga ocular e a dificuldade de adaptação a mudanças rápidas no campo visual, o que pode ser particularmente desafiador em ambientes de trabalho dinâmicos (Reis, 2022).

Os critérios de avaliação utilizados pelos peritos médicos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) são essenciais para determinar a elegibilidade dos benefícios previdenciários para indivíduos com visão monocular. Esses critérios incluem a análise da incapacidade funcional do indivíduo, a gravidade da condição e o impacto na capacidade laboral. A falta de uniformidade e clareza nos critérios de avaliação pode levar a desigualdades na concessão de benefícios, prejudicando os segurados (Figueiredo, 2019). A abordagem multidisciplinar na avaliação é defendida por vários autores, ressaltando a importância de considerar aspectos médicos, sociais e ocupacionais na análise (Dias, 2021). A legislação brasileira oferece uma base sólida para a concessão de benefícios previdenciários a indivíduos com deficiência sensorial. A Lei nº 14.126/2021 estabelece os direitos e procedimentos para garantir que as pessoas com visão monocular recebam o apoio necessário (Brasil, 2021). No entanto, a aplicação prática dessas leis enfrenta desafios, como a interpretação variada por diferentes peritos e a burocracia envolvida no processo de avaliação. A jurisprudência destaca a necessidade de maior uniformidade nos critérios de avaliação para assegurar a

equidade na concessão de benefícios (Lima, 2023).

O impacto das avaliações periciais na qualidade de vida dos beneficiários é significativo. Uma avaliação justa e precisa poder garantir que os indivíduos com visão monocular recebam os benefícios necessários para manter uma vida digna. Por outro lado, falhas ou inconsistências, nas avaliações podem resultar na negação de benefícios, aumentando o sofrimento e as dificuldades enfrentadas pelos segurados (Gueller, 2021). Estudos qualitativos mostram que a falta de benefícios pode levar a dificuldades financeiras, exclusão social e problemas de saúde mental (Santos, 2020). A telemedicina tem emergido como uma ferramenta promissora para melhorar a eficiência e a acessibilidade das avaliações periciais. Durante a pandemia de COVID-19, a telemedicina foi essencial para a continuidade dos serviços de saúde, incluindo as perícias médicas (Reis, 2022). Seu uso também levanta questões sobre a privacidade dos dados e a eficácia das avaliações remotas. A implementação da telemedicina deve ser acompanhada por regulamentações robustas para garantir a integridade do processo (Oliveira, 2023).

Propostas de melhoria nos processos de avaliação pericial incluem a padronização dos critérios de avaliação, treinamento contínuo para os peritos médicos e o uso ampliado de tecnologias como a telemedicina. Essas medidas podem levar a avaliações mais justas e eficazes, beneficiando diretamente os segurados com visão monocular (Santos, 2020). A integração de aspectos médicos, sociais e ocupacionais na avaliação pode proporcionar uma visão mais holística das necessidades dos beneficiários (Dias, 2021). O recente caso julgado pelo tribunal recursal de Pernambuco ilustra os desafios enfrentados na aplicação da legislação para a concessão de benefícios assistenciais a pessoas com visão monocular. A decisão de anular uma sentença anterior e devolver o processo para diligência e análise das condições socioeconômicas do autor destaca a importância de uma avaliação abrangente e justa (Victor Carvalho Prof, 2024). A legislação brasileira, ao reconhecer a visão monocular como deficiência sensorial, busca garantir a inclusão e a equidade no acesso aos benefícios previdenciários (Brasil, 2021).

## **CrITÉRIOS de Avaliação Utilizados pelos Peritos Médicos**

Os critérios de avaliação utilizados pelos peritos médicos na concessão de benefícios previdenciários para indivíduos com visão monocular são fundamentais para assegurar uma análise justa e precisa da capacidade funcional do segurado. Esses critérios, baseados em regulamentações legais e diretrizes médicas, têm como objetivo avaliar a extensão da incapacidade e seu impacto na capacidade laboral e na qualidade de vida do indivíduo. A avaliação pericial no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) envolve uma análise detalhada da condição clínica do segurado, incluindo a realização de exames físicos, análise de relatórios médicos e a consideração de exames complementares, quando necessário (Azevedo, 2023). A perícia médica é orientada por critérios estabelecidos na legislação previdenciária, que incluem a análise da gravidade da condição de visão monocular e seu impacto na execução de atividades laborais. A Lei nº 14.126/2021, por exemplo, classifica a visão monocular como deficiência sensorial, o que obriga os peritos a considerarem essa condição nas suas avaliações (Barros e Gomes, 2022).

Um dos principais aspectos considerados na avaliação pericial é a capacidade residual do segurado, ou seja, o quanto ele ainda pode desempenhar suas funções habituais ou adaptadas, mesmo com a limitação visual. A avaliação funcional envolve a análise da capacidade do segurado para realizar atividades básicas e instrumentais da vida diária, que são essenciais para determinar o grau de incapacidade e a necessidade de concessão de benefícios (Cavalcante, 2023). Os peritos médicos devem considerar os aspectos psicossociais e ocupacionais na avaliação. Isso inclui a análise do impacto da visão monocular na capacidade de interação social, na mobilidade e na realização de atividades profissionais específicas. A abordagem biopsicossocial é essencial para uma avaliação mais abrangente e justa, reconhecendo que a incapacidade não é apenas uma questão médica, mas também social e econômica (Dias, 2021).

A uniformidade nos critérios de avaliação é outro ponto crucial. Estudos mostram que a falta

de critérios padronizados pode levar a desigualdades na concessão de benefícios, com variações significativas entre diferentes peritos e regiões. Para mitigar essas desigualdades, é recomendada a implementação de protocolos padronizados e treinamento contínuo para os peritos médicos, garantindo que todos sigam as mesmas diretrizes e critérios de avaliação (Figueiredo, 2019). O uso de tecnologias como a telemedicina tem se mostrado uma ferramenta valiosa para a realização de avaliações periciais, especialmente durante a pandemia de COVID-19. A telemedicina permite a realização de consultas e avaliações à distância, aumentando a acessibilidade e a eficiência do processo (Gueller, 2021). No entanto, é fundamental garantir a segurança e a privacidade dos dados dos pacientes, além de assegurar que a avaliação remota seja tão eficaz quanto a presencial (Lima, 2023).

Os critérios de avaliação utilizados pelos peritos médicos na concessão de benefícios previdenciários para pessoas com visão monocular incluem uma análise detalhada da condição clínica, capacidade residual, aspectos psicossociais e ocupacionais, e a implementação de tecnologias como a telemedicina. A padronização desses critérios e o treinamento contínuo dos peritos são essenciais para garantir uma avaliação justa e equitativa para todos os segurados. A importância de um critério bem definido é destacada por diversos autores, que apontam a necessidade de uma abordagem multidisciplinar na avaliação, considerando não apenas o aspecto médico, mas também social e ocupacional do segurado. O uso de tecnologias como a telemedicina na realização de perícias médicas tem sido uma tendência crescente, com potencial para melhorar a eficiência e a precisão das avaliações (Oliveira, 2023). A implementação dessas tecnologias também traz desafios, como a necessidade de garantir a segurança e a privacidade dos dados dos pacientes. Por meio desta pesquisa, espera-se contribuir para uma melhor compreensão dos processos de avaliação pericial no contexto da visão monocular, propondo recomendações para aprimorar a justiça e a eficiência na concessão de benefícios previdenciários (Reis, 2022).

## **Legislação Vigente e Direitos Previdenciários**

A legislação vigente relacionada à concessão de benefícios previdenciários para pessoas com visão monocular no Brasil é fundamental para assegurar que esses indivíduos tenham acesso a direitos e benefícios que garantam sua subsistência e bem-estar. A Lei nº 14.126/2021 é uma das principais normativas que reconhecem a visão monocular como deficiência sensorial, garantindo a essas pessoas a inclusão nos benefícios previstos para deficientes (Brasil, 2021).

A Lei nº 14.126/2021, sancionada em março de 2021, foi um marco significativo para os direitos das pessoas com visão monocular. Esta lei altera o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para incluir a visão monocular como uma deficiência sensorial. Com isso, os indivíduos com visão monocular passaram a ter direito a benefícios previdenciários, isenções fiscais, prioridade em processos judiciais, reserva de vagas em concursos públicos e acesso a programas de habilitação e reabilitação profissional (Dias, 2021). Essa legislação busca garantir uma maior inclusão social e laboral, reconhecendo as dificuldades enfrentadas por essas pessoas no dia a dia.

A implementação desta lei representa um avanço na proteção dos direitos dessas pessoas, que enfrentam diversas dificuldades no dia a dia devido à perda da visão em um dos olhos. A visão monocular pode impactar significativamente a capacidade de trabalho e a qualidade de vida, uma vez que afeta a percepção de profundidade, o campo visual e a habilidade de realizar tarefas que exigem visão binocular (Figueiredo, 2019). O reconhecimento legal dessa condição como deficiência sensorial garante que os segurados do INSS possam requerer benefícios como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um dos principais benefícios concedidos a pessoas com deficiência no Brasil. Previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o BPC garante um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência que comprove não possuir

meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. A visão monocular, sendo reconhecida como deficiência sensorial, permite que os indivíduos que se enquadram nos critérios socioeconômicos possam solicitar este benefício (Gueller, 2021).

A legislação previdenciária brasileira também estabelece critérios específicos para a concessão de outros benefícios, como o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez. O auxílio-doença é um benefício devido ao segurado do INSS que, por doença ou acidente, está temporariamente incapaz para o trabalho. Para concessão do auxílio-doença, é necessário que o segurado passe por uma perícia médica realizada pelo INSS, que avaliará a incapacidade temporária para o trabalho. No caso das pessoas com visão monocular, a perícia deve considerar a extensão da limitação visual e seu impacto na capacidade laboral (Lima, 2023).

A aposentadoria por invalidez, por sua vez, é um benefício concedido ao segurado que, após a realização de perícia médica, é considerado permanentemente incapaz de exercer qualquer atividade laborativa e não pode ser reabilitado em outra profissão. A legislação previdenciária prevê que, para concessão da aposentadoria por invalidez, o segurado deve ter cumprido um período de carência de 12 contribuições mensais, exceto nos casos de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho (Oliveira, 2023). A visão monocular, ao ser reconhecida como uma condição que pode levar à incapacidade permanente, é incluída nos critérios para a concessão desse benefício, desde que devidamente comprovada através da perícia médica.

A jurisprudência também tem um papel importante na consolidação dos direitos das pessoas com visão monocular. Decisões judiciais têm reconhecido a necessidade de uma avaliação cuidadosa e justa na concessão de benefícios previdenciários, garantindo que os segurados com visão monocular recebam o apoio necessário para sua subsistência e inclusão social. Em muitos casos, os tribunais têm determinado a realização de novas perícias e a reconsideração de decisões administrativas que negaram benefícios, destacando a

importância de uma abordagem mais abrangente e sensível às necessidades dos segurados (Reis, 2022).

Além da legislação e da jurisprudência, as políticas públicas também desempenham um papel crucial na garantia dos direitos previdenciários das pessoas com visão monocular. Programas de habilitação e reabilitação profissional, bem como iniciativas voltadas à inclusão social e ao combate à discriminação, são essenciais para assegurar que esses indivíduos tenham oportunidades de integração no mercado de trabalho e na sociedade como um todo (Santos, 2020). Esses programas visam proporcionar capacitação e suporte, permitindo que as pessoas com visão monocular possam desempenhar funções adequadas às suas capacidades e limitações, promovendo sua autonomia e inclusão.

O contexto histórico da legislação previdenciária no Brasil revela um processo contínuo de ampliação dos direitos sociais, especialmente para grupos vulneráveis. A inclusão da visão monocular como deficiência sensorial é um exemplo desse progresso, refletindo um entendimento mais amplo sobre as diferentes formas de deficiência e suas implicações na vida das pessoas. Esse reconhecimento é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos os cidadãos possam ter seus direitos assegurados e suas necessidades atendidas (Dias, 2021).

A aplicação prática dessas leis enfrenta desafios, como a necessidade de uma maior uniformidade nos critérios de avaliação e a redução da burocracia nos processos de concessão de benefícios. A falta de uniformidade nas avaliações periciais pode levar a desigualdades, prejudicando os segurados que dependem desses benefícios para sua subsistência. A implementação de protocolos padronizados e o treinamento contínuo dos peritos médicos são essenciais para garantir uma avaliação justa e equitativa para todos os segurados (Figueiredo, 2019).

O uso de tecnologias, como a telemedicina, tem se mostrado uma ferramenta valiosa para a

realização de avaliações periciais, especialmente durante a pandemia de COVID-19. A telemedicina permite a realização de consultas e avaliações à distância, aumentando a acessibilidade e a eficiência do processo. É fundamental garantir a segurança e a privacidade dos dados dos pacientes, além de assegurar que a avaliação remota seja tão eficaz quanto a presencial (Oliveira, 2023).

A legislação vigente e os direitos previdenciários das pessoas com visão monocular no Brasil refletem um esforço contínuo para promover a igualdade e a inclusão social. A implementação de leis como a Lei nº 14.126/2021 e a garantia de benefícios previdenciários são passos importantes na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas, possam ter acesso aos direitos e benefícios necessários para uma vida digna. Estudos mostram que o reconhecimento legal da visão monocular como deficiência sensorial tem um impacto positivo na qualidade de vida desses indivíduos, proporcionando-lhes maior segurança e estabilidade financeira (Gueller, 2021).

A legislação vigente no Brasil, incluindo a Lei nº 14.126/2021, garante direitos importantes para as pessoas com visão monocular, reconhecendo essa condição como deficiência sensorial e assegurando a inclusão desses indivíduos em diversos benefícios previdenciários. A aplicação prática dessas leis, aliada à jurisprudência e às políticas públicas, é essencial para assegurar que as pessoas com visão monocular tenham acesso a uma vida digna e plena de direitos, promovendo sua inclusão social e laboral.

### **Impacto das Avaliações na Qualidade de Vida dos Beneficiários**

As avaliações periciais desempenham um papel crucial na determinação da concessão de benefícios previdenciários e têm um impacto significativo na qualidade de vida dos beneficiários. As avaliações realizadas pelos peritos médicos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não apenas determinam a elegibilidade para benefícios como auxílio-doença,

aposentadoria por invalidez e Benefício de Prestação Continuada (BPC), mas também influenciam diretamente a saúde mental, a estabilidade financeira e a inclusão social dos segurados (Dias, 2021).

A qualidade de vida dos beneficiários está intimamente ligada à precisão e à justiça das avaliações periciais. Uma avaliação justa e precisa garantir que os indivíduos com visão monocular recebam o apoio financeiro necessário para manter uma vida digna. Estudos indicam que a visão monocular pode resultar em dificuldades significativas na realização de tarefas diárias, impactando a capacidade de trabalhar e interagir socialmente. Quando os benefícios previdenciários são concedidos com base em avaliações bem conduzidas, os beneficiários experimentam uma melhoria na sua segurança financeira e na capacidade de sustentar suas famílias (Gueller, 2021).

Falhas ou inconsistências nas avaliações podem ter consequências devastadoras. A negação injusta de benefícios pode levar os beneficiários a enfrentarem dificuldades financeiras severas, aumentando o risco de pobreza e exclusão social. A insegurança financeira decorrente da negação de benefícios pode exacerbar problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão. A incerteza e o estresse associados à espera por uma decisão justa aumentam a carga emocional sobre os indivíduos, comprometendo ainda mais sua qualidade de vida (Figueiredo, 2019).

A uniformidade e a clareza nos critérios de avaliação são essenciais para evitar desigualdades e garantir que todos os beneficiários sejam tratados de maneira equitativa. A implementação de protocolos padronizados e o treinamento contínuo dos peritos médicos são medidas cruciais para assegurar que as avaliações sejam realizadas de forma consistente e justa em todo o país. Estudos mostram que a falta de critérios padronizados pode levar a variações significativas nas decisões de concessão de benefícios, resultando em injustiças e desigualdades regionais (Lima, 2023).

A abordagem biopsicossocial nas avaliações periciais é fundamental para uma compreensão mais ampla das necessidades dos beneficiários. Considerar não apenas os aspectos médicos, mas também os sociais e ocupacionais, permite uma avaliação mais holística e precisa da capacidade funcional dos segurados. A visão monocular, por exemplo, não impacta apenas a capacidade visual, mas também pode afetar a mobilidade, a interação social e a execução de tarefas profissionais específicas. Uma avaliação abrangente que leve em conta esses fatores pode resultar em decisões mais justas e adequadas às necessidades dos beneficiários (Santos, 2020).

A introdução da telemedicina nas avaliações periciais, especialmente durante a pandemia de COVID-19, trouxe novos desafios e oportunidades. A telemedicina aumentou a acessibilidade das avaliações, permitindo que os segurados fossem avaliados sem a necessidade de deslocamento físico até as unidades do INSS. No entanto, a eficácia das avaliações remotas depende da garantia de que os dados dos pacientes sejam mantidos em segurança e que as consultas virtuais sejam tão detalhadas e eficazes quanto as presenciais. A implementação da telemedicina deve ser acompanhada de regulamentações robustas para assegurar a integridade do processo de avaliação (Oliveira, 2023).

A jurisprudência tem desempenhado um papel importante na proteção dos direitos dos beneficiários, garantindo que as avaliações periciais sejam justas e precisas. Decisões judiciais que anulam negativas de benefícios e ordenam novas perícias destacam a importância de uma revisão cuidadosa e justa das avaliações. A atuação do judiciário como um mecanismo de controle e correção é essencial para assegurar que os beneficiários não sejam prejudicados por avaliações inadequadas (Reis, 2022).

As avaliações periciais têm um impacto profundo na qualidade de vida dos beneficiários, influenciando sua segurança financeira, saúde mental e inclusão social. A precisão, justiça e consistência das avaliações são fundamentais para garantir que os indivíduos com visão monocular e outras deficiências recebam o apoio necessário para uma vida digna. A

implementação de critérios padronizados, a adoção de uma abordagem biopsicossocial e o uso responsável da telemedicina são passos essenciais para melhorar o processo de avaliação e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos beneficiários (Gueller, 2021).

Os desafios enfrentados pelos beneficiários não se limitam apenas às avaliações periciais. A espera prolongada por decisões, a necessidade de recursos e a burocracia envolvida no processo de concessão de benefícios podem agravar ainda mais a situação dos segurados. A eficiência do processo de avaliação é, portanto, crucial para assegurar que os beneficiários recebam o apoio necessário de forma oportuna e justa (Dias, 2021).

A integração de novas tecnologias no processo de avaliação, como a telemedicina, oferece uma oportunidade para melhorar a acessibilidade e a eficiência das avaliações periciais. No entanto, é essencial que essas tecnologias sejam implementadas de maneira que garantam a segurança e a privacidade dos dados dos pacientes, bem como a qualidade das avaliações. A formação contínua dos peritos médicos e a padronização dos critérios de avaliação são fundamentais para assegurar que as avaliações sejam realizadas de forma justa e equitativa em todo o país (Oliveira, 2023).

A análise da literatura e das decisões judiciais destaca a necessidade de uma abordagem mais humana e centrada no beneficiário nas avaliações periciais. A consideração dos impactos psicossociais e ocupacionais, além dos aspectos médicos, é crucial para garantir que as avaliações reflitam de maneira justa as necessidades e capacidades dos segurados. O desenvolvimento de políticas públicas que apoiem a inclusão social e laboral dos indivíduos com visão monocular e outras deficiências é essencial para promover uma sociedade mais justa e equitativa (Santos, 2020).

### **Uso da Telemedicina nas Avaliações Periciais**

O uso da telemedicina nas avaliações periciais representa uma inovação significativa no processo de concessão de benefícios previdenciários, especialmente no contexto da

pandemia de COVID-19. A telemedicina permite que as avaliações sejam realizadas à distância, facilitando o acesso dos segurados ao serviço e promovendo maior eficiência no processo de análise. No entanto, a implementação desta tecnologia requer cuidados específicos para garantir a eficácia e a segurança das avaliações.

A telemedicina tem se mostrado uma ferramenta para ampliar o acesso às avaliações periciais, especialmente em áreas remotas onde o acesso a especialistas é limitado (Reis, 2022). Com a telemedicina, os segurados podem ser avaliados sem a necessidade de deslocamento físico até as unidades do INSS, o que é particularmente benéfico para indivíduos com mobilidade reduzida ou que residem em regiões distantes dos centros urbanos (Oliveira, 2023).

Uma das principais vantagens da telemedicina é a possibilidade de realizar consultas e avaliações de forma mais ágil, reduzindo o tempo de espera dos segurados para obter uma avaliação pericial. Isso pode contribuir para uma resolução mais rápida dos processos de concessão de benefícios, melhorando a eficiência do sistema previdenciário. Estudos indicam que a telemedicina pode reduzir significativamente o tempo de espera para avaliações médicas, o que é crucial para indivíduos que dependem de benefícios para sua subsistência (Dias, 2021).

A implementação da telemedicina nas avaliações periciais também apresenta desafios significativos. Um dos principais desafios é garantir que as avaliações realizadas remotamente sejam tão detalhadas e precisas quanto as presenciais. Isso exige a utilização de tecnologias de alta qualidade, bem como a capacitação adequada dos peritos médicos para conduzir avaliações remotas de forma eficaz. É fundamental assegurar que os dados dos pacientes sejam mantidos em segurança e que a privacidade dos segurados seja protegida durante todo o processo (Figueiredo, 2019).

A regulamentação da telemedicina é outro aspecto crucial para sua implementação bem-

sucedida nas avaliações periciais. É necessário que existam diretrizes claras e específicas que orientem a prática da telemedicina, garantindo que todas as avaliações sejam conduzidas de acordo com padrões éticos e profissionais elevados. A ausência de regulamentação adequada pode resultar em inconsistências nas avaliações e em possíveis violações da privacidade dos pacientes (Gueller, 2021).

A telemedicina pode enfrentar resistência tanto dos profissionais de saúde quanto dos próprios segurados. Alguns peritos médicos podem ter reservas quanto à eficácia das avaliações remotas, enquanto alguns segurados podem se sentir desconfortáveis ou inseguros ao serem avaliados à distância. É essencial que haja um esforço contínuo para educar e treinar todos os envolvidos sobre os benefícios e as melhores práticas da telemedicina, para que esta tecnologia possa ser plenamente integrada no sistema de avaliação pericial (Lima, 2023).

O impacto da telemedicina na qualidade das avaliações periciais é uma área que necessita de mais pesquisa e monitoramento contínuo. É importante avaliar regularmente a eficácia das avaliações realizadas por telemedicina, comparando-as com as avaliações presenciais para identificar possíveis áreas de melhoria. Isso garantirá que os segurados recebam avaliações precisas e justas, independentemente do método utilizado (Santos, 2020).

A telemedicina representa uma evolução importante no campo das avaliações periciais, oferecendo maior acessibilidade e eficiência no processo de concessão de benefícios previdenciários. Sua implementação bem-sucedida depende de uma regulamentação adequada, do treinamento contínuo dos profissionais de saúde e da garantia de segurança e privacidade dos dados dos segurados. Ao abordar esses desafios, a telemedicina tem o potencial de transformar positivamente o sistema de avaliação pericial, beneficiando milhares de segurados em todo o país (Oliveira, 2023).

### **Propostas de Melhoria nos Processos de Avaliação Pericial**

Para melhorar os processos de avaliação pericial no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), é essencial considerar diversas propostas que visam aumentar a eficiência, a justiça e a precisão das avaliações. Essas melhorias são fundamentais para garantir que os segurados recebam um atendimento adequado e justo, refletindo suas necessidades e condições reais.

Uma das principais propostas de melhoria é a padronização dos critérios de avaliação utilizados pelos peritos médicos. A falta de critérios uniformes pode resultar em disparidades significativas nas decisões de concessão de benefícios, causando injustiças e desigualdades entre os segurados (Dias, 2021). A implementação de protocolos padronizados garantiria que todos os peritos seguissem as mesmas diretrizes, promovendo consistência e equidade nas avaliações. Esses protocolos devem ser baseados em evidências científicas e desenvolvidos com a participação de especialistas em saúde, direito e seguridade social.

Outra proposta essencial é o treinamento contínuo dos peritos médicos. A formação regular e atualizada é crucial para assegurar que os peritos estejam bem-informados sobre as últimas diretrizes, tecnologias e práticas de avaliação (Figueiredo, 2019). Programas de capacitação devem incluir cursos sobre as particularidades de diferentes condições médicas, como a visão monocular, além de aspectos éticos e legais da perícia médica. O treinamento contínuo também ajuda a alinhar os peritos com os protocolos padronizados, reduzindo a variabilidade nas avaliações.

A adoção de uma abordagem biopsicossocial nas avaliações periciais é fundamental para uma compreensão mais completa das necessidades dos segurados. Essa abordagem considera não apenas os aspectos médicos, mas também os fatores sociais e ocupacionais que influenciam a capacidade funcional do indivíduo (Santos, 2020). Incluir avaliações psicossociais pode ajudar a identificar barreiras sociais e econômicas que afetam a reabilitação e a reintegração dos segurados ao mercado de trabalho.

A integração da telemedicina nas avaliações periciais pode aumentar significativamente a

acessibilidade e a eficiência do processo. A telemedicina permite que segurados em áreas remotas ou com mobilidade reduzida sejam avaliados sem a necessidade de deslocamento físico (Oliveira, 2023). A implementação bem-sucedida da telemedicina requer regulamentações robustas para garantir a segurança e a privacidade dos dados dos pacientes, além de assegurar que as avaliações remotas sejam tão detalhadas e precisas quanto as presenciais. A regulamentação clara e específica é essencial para orientar a prática da telemedicina, garantindo que todas as avaliações sejam conduzidas de acordo com padrões éticos e profissionais elevados (Gueller, 2021).

A telemedicina pode enfrentar resistência tanto dos profissionais de saúde quanto dos próprios segurados. Alguns peritos médicos podem ter reservas quanto à eficácia das avaliações remotas, enquanto alguns segurados podem se sentir desconfortáveis ou inseguros ao serem avaliados à distância. É essencial que haja um esforço contínuo para educar e treinar todos os envolvidos sobre os benefícios e as melhores práticas da telemedicina, para que esta tecnologia possa ser plenamente integrada no sistema de avaliação pericial (Lima, 2023).

O impacto da telemedicina na qualidade das avaliações periciais é uma área que necessita de mais pesquisa e monitoramento contínuo. É importante avaliar regularmente a eficácia das avaliações realizadas por telemedicina, comparando-as com as avaliações presenciais para identificar possíveis áreas de melhoria. Isso garantirá que os segurados recebam avaliações precisas e justas, independentemente do método utilizado (Santos, 2020).

A análise da literatura e das decisões judiciais destaca a necessidade de uma abordagem mais humana e centrada no beneficiário nas avaliações periciais. A consideração dos impactos psicossociais e ocupacionais, além dos aspectos médicos, é crucial para garantir que as avaliações reflitam de maneira justa as necessidades e capacidades dos segurados. O desenvolvimento de políticas públicas que apoiem a inclusão social e laboral dos indivíduos com visão monocular e outras deficiências é essencial para promover uma sociedade mais

justa e equitativa (Santos, 2020).

### **Decisão Judicial Recente sobre Concessão de Benefícios para Visão Monocular**

A decisão judicial recente mencionada trata de um caso específico em que a turma recursal de Pernambuco anulou uma sentença que havia julgado improcedente a concessão de um benefício assistencial para uma pessoa com visão monocular. A decisão é significativa porque ressalta a importância de uma avaliação adequada da deficiência e das condições socioeconômicas do solicitante, seguindo as diretrizes da Lei nº 14.126/2021.

No caso em questão, o tribunal identificou que a perícia realizada foi contrária à concessão do benefício e que o juiz não havia considerado uma avaliação social. Em resposta, a turma recursal decidiu anular a sentença e devolver o processo para novas diligências, enfatizando a necessidade de uma análise detalhada das condições socioeconômicas do autor. Este tipo de abordagem é crucial para garantir que os benefícios sejam concedidos de maneira justa e equitativa, levando em consideração todos os aspectos relevantes da vida do solicitante (Brasil, 2021).

A decisão judicial se baseou na interpretação de que a cegueira de um olho gera impedimento laborativo parcial, conforme estabelecido pela Lei nº 14.126/2021. Esta lei classifica a visão monocular como uma deficiência sensorial, assegurando que pessoas com essa condição sejam reconhecidas legalmente como portadoras de deficiência visual para todos os efeitos legais. A legislação inclui a visão monocular na definição de “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial”, o que pode obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Dias, 2021).

No caso específico analisado, a turma recursal determinou que os autos fossem remetidos ao juízo de origem para que fosse designada uma perícia social ou que fosse cumprido um mandado de verificação por oficial de justiça. O objetivo dessa diligência seria avaliar a

situação de miserabilidade social alegada pela parte autora, garantindo que todas as circunstâncias relevantes fossem adequadamente consideradas na decisão final sobre a concessão do benefício assistencial (Reis, 2022).

Essa decisão judicial é um exemplo importante de como a legislação e a jurisprudência podem ser aplicadas para proteger os direitos das pessoas com deficiência, assegurando que elas tenham acesso aos benefícios necessários para viver de maneira digna. A interpretação da Lei nº 14.126/2021 pelo tribunal reforça a importância de uma abordagem holística nas avaliações periciais, que considere tanto os aspectos médicos quanto os socioeconômicos dos solicitantes (Figueiredo, 2019).

A decisão também destaca a necessidade de maior uniformidade e clareza nos critérios de avaliação utilizados pelos peritos médicos do INSS. A falta de critérios padronizados pode levar a desigualdades na concessão de benefícios, prejudicando segurados que dependem desses recursos para sua subsistência. A jurisprudência, ao anular decisões injustas e ordenar novas perícias, desempenha um papel fundamental na proteção dos direitos dos beneficiários (Santos, 2020).

A decisão judicial recente sobre a concessão de benefícios para visão monocular em Pernambuco exemplifica a aplicação correta da legislação vigente, enfatizando a importância de uma avaliação abrangente e justa das condições dos solicitantes. Esse caso demonstra como as normas legais e as decisões judiciais podem trabalhar juntas para garantir que os direitos das pessoas com deficiência sejam respeitados e protegidos, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva.

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada para a elaboração deste estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e análise documental. O objetivo principal é compreender o impacto das decisões judiciais recentes na concessão de

benefícios previdenciários para pessoas com visão monocular, bem como analisar a aplicação da Lei nº 14.126/2021.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em bases de dados acadêmicas e jurídicas, incluindo PubMed, Scielo, Google Scholar e outras plataformas relevantes. Foram selecionados artigos, livros, teses e dissertações que abordam a legislação previdenciária, a visão monocular como deficiência sensorial e as práticas de avaliação pericial no INSS. A revisão da literatura permitiu identificar os principais critérios utilizados nas avaliações periciais e as implicações dessas avaliações na vida dos segurados (Dias, 2021; Figueiredo, 2019).

Além da revisão bibliográfica, a análise documental incluiu a consulta a decisões judiciais recentes, com foco em casos que envolveram a concessão de benefícios para indivíduos com visão monocular. A decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), mencionada anteriormente, foi analisada detalhadamente para compreender os fundamentos legais e os argumentos utilizados pelos magistrados na aplicação da Lei nº 14.126/2021 (Brasil, 2021). Foram consideradas as implicações dessa decisão na jurisprudência e na prática das avaliações periciais.

Para garantir a validade e a confiabilidade dos dados, foram utilizados critérios rigorosos de seleção de fontes, priorizando publicações revisadas por pares e documentos oficiais. A triangulação de dados, através da comparação de informações obtidas em diferentes fontes, foi empregada para corroborar os achados e assegurar uma análise abrangente e precisa (Reis, 2022; Santos, 2020).

A análise dos dados seguiu um procedimento sistemático, envolvendo a categorização das informações em temas relevantes, como critérios de avaliação pericial, impacto das decisões judiciais, e desafios e oportunidades na implementação da telemedicina nas perícias médicas. Essa categorização facilitou a identificação de padrões e tendências, bem como a formulação de recomendações para aprimorar os processos de avaliação pericial no INSS.

A abordagem qualitativa adotada permitiu uma compreensão profunda e contextualizada dos fenômenos estudados, destacando a importância de uma avaliação pericial justa e precisa para a proteção dos direitos dos segurados com visão monocular. A combinação de revisão bibliográfica e análise documental proporcionou uma base sólida para discutir as implicações das decisões judiciais e propor melhorias nos processos de avaliação pericial (Lima, 2023).

## **CONCLUSÃO**

A conclusão deste estudo reforça a importância da aplicação justa e abrangente da Lei nº 14.126/2021, que reconhece a visão monocular como deficiência sensorial. As decisões judiciais recentes, como a analisada neste trabalho, exemplificam a necessidade de critérios padronizados e de uma abordagem holística nas avaliações periciais realizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A pesquisa bibliográfica e a análise documental destacam que a falta de uniformidade nos critérios de avaliação pode levar a desigualdades e injustiças na concessão de benefícios previdenciários. A implementação de protocolos padronizados, o treinamento contínuo dos peritos médicos e a adoção de uma abordagem biopsicossocial são medidas essenciais para assegurar que as avaliações sejam realizadas de maneira justa e precisa. A telemedicina surge como uma ferramenta promissora para aumentar a acessibilidade e a eficiência das avaliações periciais, mas sua implementação deve ser acompanhada de regulamentações robustas para garantir a segurança e a privacidade dos dados dos segurados.

As decisões judiciais, como a da turma recursal de Pernambuco, desempenham um papel fundamental na proteção dos direitos dos beneficiários, garantindo que as avaliações periciais sejam justas e considerando todos os aspectos relevantes da vida dos solicitantes. A jurisprudência tem sido crucial para anular decisões inadequadas e ordenar novas perícias, promovendo uma aplicação mais equitativa da legislação previdenciária.

A efetiva aplicação da Lei nº 14.126/2021 e a melhoria dos processos de avaliação pericial

são fundamentais para garantir que os indivíduos com visão monocular recebam os benefícios necessários para viver de maneira digna. Este estudo contribui para uma melhor compreensão dos desafios e das oportunidades na avaliação pericial, propondo recomendações para aprimorar a justiça e a eficiência na concessão de benefícios previdenciários. A adoção de práticas padronizadas e a consideração dos impactos psicossociais e ocupacionais são passos essenciais para uma avaliação mais justa e inclusiva, refletindo as necessidades reais dos segurados.

## **REFERÊNCIAS**

Azevedo, M. C. M. (2023). Ademora na realização das perícias administrativas do INSS. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Direito, Faculdade Anhanguera, Jequié. Disponível em: <https://www.anhanguera.com.br/>

Barros, J. S. & Gomes, R. S. (2022). Filas digitais no INSS: Impacto na concessão de benefícios. *Revista de Direito Previdenciário*, 28(3), 45-59. Disponível em: <https://www.revistadireitoprevidenciario.com.br/>

Cavalcante, R. A. (2023). Violação ao direito fundamental à previdência social por ineficiências nos procedimentos administrativos de concessão dos benefícios por incapacidade. Monografia de Graduação em Direito, Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Disponível em: <https://www.ufpb.br/>

Dias, G. G. (2021). A importância da perícia médica na concessão de benefícios previdenciários. *Revista de Direito Social*, 35(4), 67-80. Disponível em: <https://www.revistadireitosocial.com.br/>

Figueiredo, A. P. (2019). O papel dos médicos peritos na análise de capacidade laboral. *Jurisprudência Brasileira*, 15(2), 25-34. Disponível em: <https://www.jurisprudenciabrasileira.com.br/>

Gueller, M. (2021). *Previdência Social: Desafios e Perspectivas*. São Paulo: Saraiva. Disponível em: <https://www.saraiva.com.br/>

Lima, L. D. (2023). A judicialização dos benefícios previdenciários por incapacidade: Desafios e soluções. *Revista Jurídica Brasileira*, 42(1), 95-110. Disponível em: <https://www.revistajuridicabrasileira.com.br/>

Lopes, B. M., Mendes, J. S. & Alves, P. A. (2020). Impactos da previdência social no município de Retirolândia/BA. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, 17(32), 953-968. Disponível em: <https://www.revistadesenvolvimento.com.br/>

Oliveira, C. A. (2023). Procedimentos automatizados na concessão de benefícios do INSS. *Direito Previdenciário em Foco*, 12(4), 120-135. Disponível em: <https://www.direitoprevidenciarioemfoco.com.br/>

Reis, A. S. (2022). Telemedicina na perícia médica previdenciária: Novas perspectivas. *Revista de Direito e Saúde*, 8(3), 40-55. Disponível em: <https://www.revistadireitoesaude.com.br/>

Santos, P. R. (2020). Desafios da perícia médica no contexto da reforma previdenciária. *Revista de Política Social*, 9(1), 72-88. Disponível em: <https://www.revistapoliticasocial.com.br/>

Silva, M. R. (2022). A atuação dos peritos médicos na concessão de benefícios por incapacidade. *Revista de Direito Previdenciário*, 30(2), 102-119. Disponível em: <https://www.revistadireitoprevidenciario.com.br/>

Souza, J. F. (2021). Critérios de avaliação na perícia médica previdenciária. *Revista Brasileira de Direito Social*, 19(3), 58-74. Disponível em: <https://www.revistabrasileiradireitosocial.com.br/>

Tsutyia, M. (2019). A prova pericial no direito previdenciário. Revista de Direito e Justiça, 23(2), 89-105. Disponível em: <https://www.revistadireitojustica.com.br/> Vieira, R. T. (2020). A influência da perícia médica nas decisões judiciais sobre benefícios previdenciários. Revista de Estudos Sociais, 27(1), 112-130. Disponível em: <https://www.revistaestudossociais.com.br/>

---

[1] Acadêmica do curso de Direito.

[2] Bacharel em Direito pela Faculdade Serra do Carmo – FASEC. É advogado militante nas áreas de Direito Civil, Trabalho e Direitos Humanos. É Pós-graduado em Gestão Pública pela Faculdade Suldamérica. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Tocantins-UFT. É professor de graduação e pós-graduação na área de Gestão Pública e Direito. É professor da Faculdade Serra do Carmo. É servidor público federal. É Assessor do Comitê de Ética e Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal do Tocantins.